

03

**Escritura Particular de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não
Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Dez Séries, para
Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação,
da Companhia Brasileira de Diques**

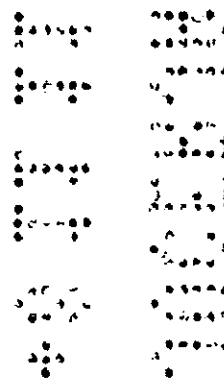
celebrada em 15 de setembro de 2011

por

Companhia Brasileira de Diques
como Emissora

e

C & D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
como Agente Fiduciário



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

84

**Escritura Particular de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não
Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Dez Séries, para
Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação,
da Companhia Brasileira de Diques**

Pela presente "Escritura Particular de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Dez Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Brasileira de Diques" (respectivamente, a "**Escritura**", a "**Emissão**" ou a "**Oferta**" e as "**Debêntures**"),

na qualidade de emissora,

(i) **Companhia Brasileira de Diques**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua General Gurjão, 02, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-040, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("**CNPJ/MF**") sob o nº 02.677.174/0001-19, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "**Emissora**" ou a "**Companhia**"); e

na qualidade de agente fiduciário da Emissão,

(ii) **C & D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua XV de Novembro, nº 270, cj. 601, Centro, CEP 80.020-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.016.270/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "**Agente Fiduciário**");

vêm, pela presente e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

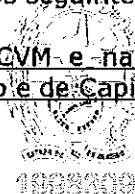
Cláusula I
Autorização

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de setembro de 2011 (a "**AGE da Emissora**"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "**Lei das S.A.**").

Cláusula II
Requisitos

1. A Emissão e a Oferta serão realizadas para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a "**ICVM 476/09**") e com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (a "**Oferta Restrita**").

2.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Artigo 25, Parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, será registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") e publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, de acordo com as disposições do artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.3. Inscrição da Escritura na JUCERJA

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os "**Aditamentos**") serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das S.A.

2.4. Registro da Garantia no Registro Geral de Imóveis

2.4.1. O Contrato de Garantia, conforme definido no item 4.5.1., abaixo, por meio do qual a Emissora formalizará a garantia representada por hipoteca de 2º grau dos imóveis objeto das matrículas mencionadas no item 4.5.1., será levado a registro pela Emissora no 3º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, em no máximo, 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura. Após o deferimento de referido registro, a Emissora deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias, uma via original do Contrato de Garantia para o Agente Fiduciário.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (o "**SDT**"), e para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND - Módulo Nacional de Debêntures (o "**SND**"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "**CETIP**"), sendo as Debêntures liquidadas, conforme o caso, e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiadas eletronicamente no SND.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1. acima, as Debêntures somente poderão ser subscritas por investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("**ICVM 409/04**" e "**Investidores Qualificados**", respectivamente), que, conforme disposto no art. 4º da ICVM 476/09, subscrevam debêntures desta Emissão no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de

ok/

Cláusula III

Características da Emissão

3.1. Valor Total da Emissão

3.1.1. O valor total da Emissão ("**Valor Total**") é de até R\$242.400.000,00 (duzentos e quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.2. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.2.1. A Emissão será realizada em 10 (dez) séries (conjuntamente denominadas como "**Séries**" e, cada qual, individualmente, como uma "**Série**"), cujas condições são desde já estabelecidas nesta Escritura.

3.2.2. Serão emitidas, ao todo, 2.424 (duas mil quatrocentas e vinte e quatro) Debêntures, sendo 120 (cento e vinte) Debêntures da 1ª Série, 216 (duzentas e dezessets) Debêntures da 2ª Série, 216 (duzentas e dezessets) Debêntures da 3ª Série, 216 (duzentas e dezessets) Debêntures da 4ª Série, 240 (duzentas e quarenta) Debêntures da 5ª Série, 240 (duzentas e quarenta) Debêntures da 6ª série, 240 (duzentas e quarenta) Debêntures da 7ª Série, 312 (trezentas e doze) Debêntures da 8ª Série, 312 (trezentas e doze) Debêntures da 9ª Série e 312 (trezentas e doze) Debêntures da 10ª Série.

3.3. Destinação dos Recursos

3.3.1. Em razão das características desta Oferta, as Debêntures integralizadas com créditos não implicarão recebimento, por parte da Emissora, de recursos. Os recursos obtidos pela Companhia por conta das Debêntures que vierem a ser subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional serão destinados para capital de giro da Companhia.

3.4. Número da Emissão

3.4.1. Esta Escritura representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.5. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.5.1. O Banco Pine S.A. será o banco mandatário da Emissão (o "**Banco Mandatário**") e o Banco Bradesco S.A. será o agente escriturador das Debêntures, responsável pelo registro e controle das Debêntures em nome dos respectivos titulares, em contas de depósito no Bradesco ou CETIP, conforme o caso (o "**Agente Escriturador**" ou "**Bradesco**").



4

12

07

Cláusula IV
Características das Debêntures

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da ICVM 476/09, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, em observância ao plano de distribuição pública das Debêntures nos termos desta Cláusula IV.

4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação da **Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 8501, 30º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.236.777/0001-78, doravante denominada simplesmente "PINE ou "Coordenador Líder"; e do **Banco Fator S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Renato Paes de Barros, nº 1.017, 11º e 12º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 33.644.196/0001-06, doravante denominado simplesmente "FATOR" ou "Coordenador" e, quando em conjunto com o PINE, "Coordenadores", conforme o Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Emissora, com Garantia Real, em Dez Séries, da 2ª Emissão da Companhia Brasileira de Diques ("**Contrato de Colocação**").

4.1.2. O plano de distribuição pública das Debêntures seguirá o procedimento descrito na ICVM 476/09 ("**Plano de Distribuição**"). Para tanto: (i) os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures poderá ser realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou fora do SDT, conforme o caso e de acordo com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) a Garantia (conforme definido abaixo) não será reforçada pela Companhia na hipótese de deterioração ou depreciação resultante de variação do valor de mercado dos Imóveis (conforme adiante definidos) objeto da Garantia.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores a nenhum Investidor Qualificado Interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de agosto de 2011 (a "**Data de Emissão**").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil reais) (o "**Valor Nominal Unitário**").

4.3.2. Adicionalmente ao disposto no item 4.3.1 acima, cada Investidor Qualificado deverá subscrever e/ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no artigo 4º, Inciso II, da ICVM 476/09.

4.4. Forma, Conversibilidade, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriurador das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato emitido pela CETIP em nome de cada titular das Debêntures.

4.5. Espécie e Garantia

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real (a "**Garantia**"), representada pela hipoteca de 2º grau dos imóveis objeto das matrículas nº 59.446, 59.447 e 58.635 do 3º Ofício de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro, de propriedade da Emissora (os "**Imóveis**" e a "**Garantia**", respectivamente), a ser outorgada pela Emissora em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures desta Emissão, Garantia que será constituída por meio de escritura pública de constituição de hipoteca (o "**Contrato de Garantia**"), que constitui o Anexo 4.5.1 a esta Escritura, sendo que a hipoteca passará a ter eficácia tão logo sejam verificadas as seguintes condições suspensivas, nos termos do artigo 125 do Código Civil: (i) registro da hipoteca nas matrículas dos Imóveis, observados os requisitos legais; e (ii) emissão de declaração do Agente Fiduciário acerca da regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade da garantia real a ser constituída, nos termos da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983, conforme alterada.

4.5.1.1. A Garantia indicada acima foi devidamente aprovada pela Companhia consoante as deliberações tomadas na AGE da Emissão.

4.5.2. A Garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia, vigendo até a integral liquidação das obrigações previstas nesta Escritura, nos termos dos instrumentos jurídicos competentes à formalização da Garantia (compreendendo, sem limitação, aqueles instrumentos de natureza societária). Como consequência, não haverá qualquer liberação parcial da Garantia devido ao pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) e/ou à amortização das Debêntures (conforme estabelecido no item 4.8 abaixo). Adicionalmente, a Garantia não será reforçada pela



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

Companhia na hipótese de deterioração ou depreciação resultante de variação do valor de mercado dos Imóveis.

4.5.3. Para satisfazer o pronto e fiel cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, a Garantia poderá ser executada até a quitação integral das obrigações, ficando facultado ao Agente Fiduciário, na condição de representante dos titulares das Debêntures, executar a Garantia como forma de receber seu crédito, com os devidos encargos, após prévia e expressa comunicação à Companhia, observados os termos e condições previstos no Contrato de Garantia, em especial as limitações decorrentes da condição de hipoteca de segundo grau enquanto esta perdurar.

4.5.4. A Emissora obriga-se a outorgar garantia de hipoteca dos Imóveis em primeiro grau para as Debêntures desta Emissão, de acordo com o previsto no Contrato de Garantia, tão logo os Imóveis sejam liberados da hipoteca de primeiro grau existente em favor da Indústrias Verolme-Ishibras S.A. - IVI ("IVI").

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização (o "**Preço de Subscrição**" e "**Data de Integralização**").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ou com créditos detidos pelos subscritores, fora do sistema CETIP ou por meio do SDT e, neste último caso, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP, após o recebimento, pelo Agente Fiduciário, de via original do Contrato de Garantia devidamente prenotado no 3º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, observado o previsto no Item 2.4.1. desta Escritura.

4.7. Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures de cada uma das Séries terão prazo de vigência e data de vencimento conforme abaixo:

- (i) As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2013 ("**Data de Vencimento da 1ª Série**");
- (ii) As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2014 ("**Data de Vencimento da 2ª Série**");
- (iii) As Debêntures da 3ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento 10 de janeiro de 2015 ("**Data de Vencimento da 3ª Série**");
- (iv) As Debêntures da 4ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2016 ("**Data de Vencimento da 4ª Série**");



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

- (v) As Debêntures da 5ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2017 ("**Data de Vencimento da 5ª Série**");
- (vi) As Debêntures da 6ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2018 ("**Data de Vencimento da 6ª Série**");
- (vii) As Debêntures da 7ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2019 ("**Data de Vencimento da 7ª Série**");
- (viii) As Debêntures da 8ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2020 ("**Data de Vencimento da 8ª Série**");
- (ix) As Debêntures da 9ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2021 ("**Data de Vencimento da 9ª Série**") e
- (x) As Debêntures da 10ª Série terão prazo de vigência a partir da Data de Emissão, com vencimento em 10 de janeiro de 2022 ("**Data de Vencimento da 10ª Série**").

4.7.2. Cada data de vencimento de cada uma das Séries, conforme estabelecidas no item 4.7.1., acima, será denominada indistintamente como uma "**Data de Vencimento**" de Debêntures.

4.8. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.8.1. Debêntures da 1ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definição prevista no item 4.9 desta Escritura) das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.08.2012 e a sexta na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.08.2012	16,6666%
2ª Amortização	10.09.2012	16,6666%
3ª Amortização	10.10.2012	16,6666%
4ª Amortização	10.11.2012	16,6666%
5ª Amortização	10.12.2012	16,6666%
6ª Amortização	10.01.2013	16,6670%
Total	- x -	100,0000%

4.8.2. Debêntures da 2ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2013 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2013	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2013	8,3333%

11/

3ª Amortização	10.04.2013	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2013	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2013	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2013	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2013	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2013	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2013	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2013	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2013	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2014	8,3337%
Total	- x -	100,0000%

4.8.3. Debêntures da 3ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2014 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2014	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2014	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2014	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2014	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2014	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2014	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2014	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2014	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2014	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2014	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2014	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2015	8,3337%
Total	- x -	100,0000%

4.8.4. Debêntures da 4ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 4ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2015 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2015	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2015	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2015	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2015	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2015	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2015	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2015	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2015	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2015	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2015	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2015	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2016	8,3337%
Total	- x -	100,0000%

12/

4.8.5. Debêntures da 5ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 5ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2016 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 5ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2016	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2016	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2016	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2016	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2016	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2016	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2016	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2016	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2016	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2016	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2016	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2017	8,3337%
Total	- x -	100,0000%

4.8.6. Debêntures da 6ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 6ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2017 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 6ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2017	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2017	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2017	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2017	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2017	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2017	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2017	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2017	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2017	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2017	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2017	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2018	8,3337%
Total	- x -	100,0000%

4.8.7. Debêntures da 7ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 7ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2018 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 7ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2018	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2018	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2018	8,3333%

13

4ª Amortização	10.05.2018	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2018	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2018	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2018	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2018	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2018	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2018	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2018	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2019	8,3337%
Total	- X -	100,0000%

4.8.8. Debêntures da 8ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 8ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2019 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 8ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2019	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2019	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2019	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2019	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2019	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2019	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2019	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2019	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2019	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2019	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2019	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2020	8,3337%
Total	- X -	100,0000%

4.8.9. Debêntures da 9ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 9ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2020 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 9ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2020	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2020	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2020	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2020	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2020	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2020	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2020	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2020	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2020	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2020	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2020	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2021	8,3337%
Total	- X -	100,0000%



Handwritten signature and scribbles.

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten mark.

4.8.10. Debêntures da 10ª Série: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 10ª Série será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira paga no dia 10.02.2021 e a décima segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 10ª Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	10.02.2021	8,3333%
2ª Amortização	10.03.2021	8,3333%
3ª Amortização	10.04.2021	8,3333%
4ª Amortização	10.05.2021	8,3333%
5ª Amortização	10.06.2021	8,3333%
6ª Amortização	10.07.2021	8,3333%
7ª Amortização	10.08.2021	8,3333%
8ª Amortização	10.09.2021	8,3333%
9ª Amortização	10.10.2021	8,3333%
10ª Amortização	10.11.2021	8,3333%
11ª Amortização	10.12.2021	8,3333%
12ª Amortização	10.01.2022	8,3337%
Total	- X -	100,0000%

4.8.2. Cada data de amortização de cada uma das Séries, conforme estabelecidas nos itens 4.8.1. a 4.8.10 acima, será denominada indistintamente como uma "**Data de Amortização**" de Debêntures.

4.9. Atualização Monetária das Debêntures de todas as Séries

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado, diariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ("**IGP-M**"), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("**Atualização Monetária das Debêntures**"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**" e "**Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado**", respectivamente).

4.9.1.1. Para fins desta Escritura, define-se "**Saldo do Valor Nominal Unitário**" o Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão, conforme o caso, remanescente após cada amortização realizada na Data de Amortização das Debêntures de cada uma das Séries, conforme o caso.

4.9.2. A Atualização Monetária das Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão será paga na mesma periodicidade e proporção das parcelas do Valor Nominal Unitário, conforme item 4.8. desta Escritura, ou na data de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.9.3. A Atualização Monetária das Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação ou atualização monetária a cada período) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

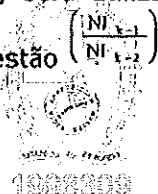
onde:

- n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IGP-M, sendo "dup" um número inteiro; e
- dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

4.9.3.1. A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação aplicável, sem necessidade de ajuste a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.9.3.2. Caso no mês de atualização o número-índice do IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do

índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.



(i) O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

(ii) Considera-se como "data de aniversário" o dia 10 (dez) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;

(iii) Considera-se como "mês de atualização", o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures;

(iv) O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

onde:

NI_k = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário respectiva, o " NI_k " corresponderá ao valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IGP-M, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

(v) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e

(vi) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último dia útil anterior;

4.9.4. No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IGP-M divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior do IGP-M.

4.9.4.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("**Período de Ausência do IGP-M**") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado,

15

o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IGP-M ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial do IGP-M, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IGP-M divulgado.

4.9.4.2. Caso o IGP-M venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IGP-M, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da atualização monetária da Debênture desde o dia de sua indisponibilidade.

4.9.4.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e o Debenturista, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a Debênture, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável à Debênture a ser resgatada e, conseqüentemente, cancelada, será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IGP-M divulgado.

4.10. Remuneração das Debêntures de todas as Séries

4.10.1. As Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão farão jus à juros remuneratórios equivalentes ao percentual (*spread*) de 12% (doze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A taxa utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizados conforme a Cláusula 4.9., acima, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão e pagos mensalmente, a partir de 10 de junho de 2012, de acordo com a programação de cada uma das Séries desta Emissão, calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por dias úteis.

4.10.2. A Remuneração das Debêntures de cada uma das Séries desta Emissão será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário da Debênture, devidamente

18

atualizado, conforme o caso, pela incorporação da variação do IGP-M, observado o critério definido na Cláusula 4.9., acima, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{DT}} \right]^{\frac{DT}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

4.10.3. Para fins da Remuneração, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.10.4. Fará jus à Remuneração o titular de Debêntures que, no dia útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração, assim conste: (i) nos registros do Agente Escriurador para as Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP; ou (ii) com Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2 e 7.6 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("**Eventos de Inadimplemento**"), que a Emissora reconhece, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de Inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures:

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, Remuneração ou outro) prevista e assumida nesta Escritura não sanada no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de vencimento original;



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação do referido inadimplemento pelo Agente Fiduciário à Companhia;
- (iii) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura;
- (iv) sentença prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexistência desta Escritura;
- (v) (a) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas;
- (vi) se a Garantia convencionada para as Debêntures não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora, nos termos desta Escritura, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se qualquer obrigação prevista no Contrato de Garantia não for devidamente cumprida; ou
- (vii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer eventos indicados nas alíneas (v) e (vii) do item 4.11.1., acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos demais eventos previstos nas alíneas do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da assembleia de debenturistas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das debêntures. A assembleia de debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.11.3. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor total das Debêntures, recalculado até a data do efetivo pagamento, acrescido da atualização monetária e Remuneração até a data do efetivo pagamento e, se for o caso, dos encargos moratórios, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora. Fica desde já acordado que o pagamento, pela Emissora, relativo ao vencimento antecipado será feito imediatamente, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) dias corridos após a sua decretação ou a ocorrência do vencimento antecipado automático, conforme o caso.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo à Emissora

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures em circulação

de qualquer das Séries desta Emissão, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o previsto no item 4.12.3. abaixo.

4.12.2. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e a CETIP acerca do resgate antecipado das Debêntures, no mínimo 7 (sete) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

4.12.3. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 55, da Lei das S.A., o resgate parcial de Debêntures da mesma Série desta Emissão deve ser feito:

- (i) mediante sorteio; ou
- (ii) se as Debêntures estiverem cotadas por preço inferior ao Valor Nominal Unitário, por compra no mercado organizado de valores mobiliários, observadas as regras expedidas pela CVM.

4.12.4. Na hipótese de resgate antecipado de parte do total das Debêntures em circulação, que ocorrer mediante sorteio, será realizado na presença do Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis. A Oferta de Resgate Antecipado parcial, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será operacionalizada exclusivamente por meio de "operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.13. Aquisição Facultativa pela Emissora

4.13.1. Conforme faculdade prevista no parágrafo 3º do artigo 55, da Lei das S.A., a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir, no mercado, Debêntures em circulação:

- (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido de remuneração, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou
- (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido de remuneração, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.13.2. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida ao(s) titular(es) das Debêntures desta Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração das Debêntures devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa não compensatória

equivalente a 2% (dois por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração à época devida; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento de qualquer debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizer jus cada Debênture serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. Caso não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, as Debêntures terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador, no mesmo dia do respectivo vencimento.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local do pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses do(s) titular(es) das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso ao Debenturista" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Comercial, utilizados pela Emissora para efetuar publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A.

4.19. Repactuação Programada

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

4.20. Imunidade Tributária



221

4.20.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para o recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, tal titular da Debênture que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

Cláusula V
Obrigações Adicionais da Emissora

5.1. A Emissora obriga-se, ainda, a:

5.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 dias da data do encerramento de cada exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, e, se for o caso, demonstrações consolidadas, preparadas em conformidade com a Lei das S.A., e com as regras emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
- (ii) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
- (iii) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após constatação de efetiva ocorrência de quaisquer dos eventos que impliquem vencimento antecipado das obrigações das debêntures desta Emissão, conforme previsto no item 4.11.1 desta Escritura.

5.1.2. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

5.1.3. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, conforme o caso;

5.1.4. manter os documentos mencionados no subitem 5.1.3 acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

5.1.5. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("ICVM 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

5.1.6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da ICVM 358/02, comunicando este fato imediatamente aos Coordenadores;

5.1.7. fornecer as informações solicitadas pela CVM; e



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

23/

5.1.8. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço.

Cláusula VI
Agente Fiduciário

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, C & D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., retro qualificada, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da lei e demais disposições regulamentares e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. Declarações

6.2.1. O Agente Fiduciário declara sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das S.A., e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições e anexos, aceitação essa que se traduz pela aposição da rubrica e assinatura dos representantes do Agente Fiduciário; e
- (iv) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

6.2.2. A Emissora também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Remuneração

6.3.1. Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser efetuado 10 (dez) dias após o registro desta Escritura perante a Junta Comercial competente.

6.3.2. O valor da remuneração do Agente Fiduciário, acima mencionada, será corrigido anualmente pela variação acumulada do IGPM-FGV, desde a data do último pagamento de cada parcela, calculado *pro-rata* dia, se necessário.

6.3.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento.

28

6.4. Substituição

6.4.1. As condições de substituição do Agente Fiduciário serão as previstas nos artigos 1º a 6º da Instrução CVM nº 28/83 e disposições contidas nos artigos 66 e 67 da Lei das S.A.

6.5. Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

6.5.1. Os deveres e atribuições do Agente Fiduciário são os previstos no artigo 68 da Lei das S.A. e artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83.

6.6. Despesas do Agente Fiduciário

6.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas efetivamente indispensáveis em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

6.6.1.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 5 (cinco) dias após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.

6.6.1.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões; e

c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

6.6.1.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.6.1.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custos judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.



28

Cláusula VII
Assembleia dos Debenturistas

7.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

7.2. A assembleia de debenturistas desta Emissão poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

7.4. A assembleia de debenturistas instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência das assembleia de debenturistas caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes.

7.5. Nas deliberações de assembleia de debenturistas, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.6. Todas as deliberações da assembleia de debenturistas serão tomadas por, no mínimo, a metade das debêntures em circulação, exceto nos casos em que a deliberação tiver por objeto alterar as condições (i) de Remuneração e (ii) de Data de Vencimento das Debêntures, que dependerão de aprovação por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos presentes à assembleia de debenturistas, observadas as disposições previstas no artigo 71, §5º da Lei das S.A., a respeito do quorum mínimo legal.

7.7. Para efeito de quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures as mantidas pela Emissora em tesouraria.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias de debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia de debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula VIII
Das Declarações e Garantias da Emissora

8.1. Sem prejuízo de outras previstas nesta Escritura, a Emissora declara e garante que:

- (i) tem capacidade e competência para celebrar esta Escritura por intermédio de seus representantes legais;
- (ii) foram praticados todos os atos exigidos em seus documentos constitutivos para autorizar a celebração e execução desta Escritura;
- (iii) esta Escritura é um compromisso válido e obrigatório, com relação a si própria, exequível contra si em conformidade com os seus termos e condições;



- (iv) nem a celebração nem a consumação desta Escritura viola (a) qualquer disposição dos seus atos constitutivos ou dos seus estatutos; (b) a constituição, estatuto, lei, regulamento, norma, liminar, decisão judicial, ordem, decreto ou outra restrição de qualquer governo, órgão governamental ou tribunal aos quais esteja sujeita ou quaisquer decisões administrativas ou judiciais ou outras normas a ela aplicáveis; e (c) obrigações assumidas perante terceiros;
- (v) sem prejuízo dos demais termos desta Escritura, nenhum consentimento, aprovação, autorização ou determinação, ou registro com qualquer agência ou órgão governamental ou com qualquer tribunal em qualquer jurisdição é exigido, exceto se previsto nesta Escritura, é necessário para a celebração e execução pela Emissora, do previsto nesta Escritura;
- (vi) as pessoas abaixo assinadas possuem poderes suficientes para representar e obrigar a Emissora nos termos e condições constantes desta Escritura; e
- (vii) as declarações e garantias constantes da presente Escritura são verdadeiras e fidedignas na presente data, respondendo a Emissora, nos termos lei, por toda e qualquer declaração falsa ou imprecisa constante desta Escritura.

Cláusula VIII **Disposições Gerais**

9.1. Qualquer alteração, aditamento ou modificação desta Escritura deverá ser feita por escrito e assinada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

9.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exceder ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao debenturista ou à Emissora será interpretado como renúncia ou como concordância nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento.

9.3 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes, até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as Partes desde já se comprometem a negociar, nos 30 (trinta) dias subsequentes, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

Cláusula X **Comunicações**



10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Se à Emissora:

Companhia Brasileira de Diques

Endereço: Rua General Gurjão, 02, Caju, Rio de Janeiro, RJ.

CEP: 20931-040

Tel.: 21 3295-8767 Fac-símile: 21 3295-8761

E-mail: valdir.carreiro@iesa.com.br

At.: Sr. Valdir Lima Carreiro

Se ao Agente Fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Endereço: Rua XV de Novembro, nº 270, cj. 601, Centro, Curitiba, Paraná

CEP: 80.020-310

Tel.: (41) 3014.1406

Fac-símile: (41) 3014.1400

E-mail: rogerio@cdinvest.com.br

At.: Rogério Montefusco A. Pessoa

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

10.3. A alteração de qualquer dos endereços acima, por qualquer das Partes, deverá ser comunicada às outras Partes.

Cláusula X
Lei Aplicável e Foro

11.1. Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

11.2. Com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, as partes elegem o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da presente Escritura.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2011.

Emissora:

Companhia Brasileira de Diques

JAUNEVAL DE OMS


MAURICIO B.C. LEIBOVITZ

[restante desta página intencionalmente em branco]


Valéria G. S. Sampaio
SECRETÁRIA GERAL

ED33000277-0/000
DATA: 08/11/2011

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 TRIBUNAL GERAL DA JUSTIÇA - RJ
 Nº 107-26114
 DEPTO DE FIRM
 DE MARCA
 Nº 11470
 Nº 22671
 Nº 11470

 Nome: COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES
Nire: 33.3.0025078-1
Protocolo: 00-2017/380316-8
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000277-0/000

DATA: 08/11/2011

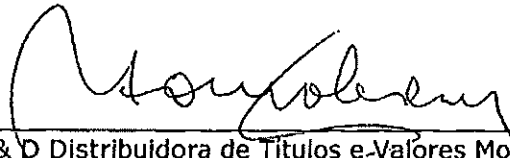

Valéria G.M. Serrão
SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

28

[continuação da página de assinaturas da Escritura Particular de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, em Dez Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Brasileira de Diques]

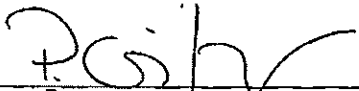
Agente Fiduciário:

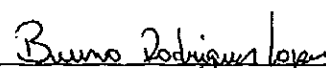


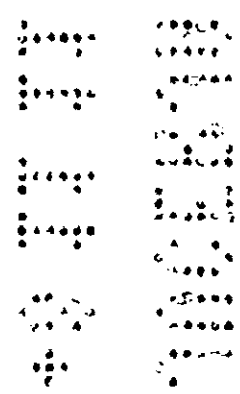
C & D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Testemunhas:

ANTONIO PEIXOTO CHEREM
Diretor Geral


1ª: 
Nome: PEDRO GILZ DE SOUZA
CPF: 086.523.787-54

2ª: 
Nome: Bruno Rodrigues Lopes
CPF: 117.174.547-90



29

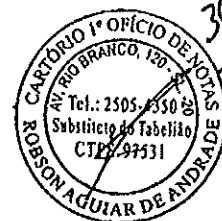
Contrato de Garantia





OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO
TABELIÃO



LIVRO: 1113

FOLHA: 149

ATO: 112

CERTIDÃO

PROCURAÇÃO bastante que
faz(em): **COMPANHIA BRASILEIRA
DE DIQUES**, na forma abaixo:

S A I B A M quantos esta virem que aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze (21/09/2011), nesta Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no Cartório do 1º Ofício de Notas, sito a Av. Rio Branco, nº 120, Sobreloja 20, Centro, perante mim, JANDER DE MELLO AMARAL, Substituto do Tabelião, compareceu como outorgante: **COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES**, com sede na Rua General Gurjão, nº 2, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.677.174/0001-19, neste ato representado por seu Diretor Presidente: **MAURÍCIO BERNARDO CERDEIRA LEIBOVITZ**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 7.547.664-2, expedida pelo SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 051.882.368-77; e por seu Diretor: **VALDIR LIMA CARREIRO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 731.797-2, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 017.353.909-25, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, com endereço comercial na Rua General Gurjão, 2, Parte, Cajú; a Outorgante identificada como a própria por mim, através dos documentos de identificação exibidos. E, pela OUTORGANTE, me foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui sua bastante procuradora: **VITORIA FERREIRA DAMIÃO**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade n.º 7.198.841 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 509.407.837-20 e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro (RJ); a quem confere poderes, na forma do art. 21 do seu estatuto social agindo sempre em conjunto com um diretor ou outro procurador, devidamente constituído, a requisitar a abertura e movimentar contas bancárias, efetuar depósitos, fazer retiradas, fazer descontos e empréstimos bancários estabelecendo condições e cláusulas, transferir por carta numerário para conta corrente da outorgante, requisitar valores de cheques e saldo de conta corrente, emitir e endossar cheques para depósito na conta corrente da sociedade, podendo ainda emitir notas fiscais faturas ou triplicatas, notas de débito ou de crédito, emitir notas promissórias e letras de câmbio, requerer protestos, conceder novos prazos e prorrogações, admitir empregados fixando seus salários e dispensá-los, fazer declarações de crédito, dar e receber quitação de valores devidos a OUTORGANTE, representando-a ainda junto a Repartições

Públicas, Federais, Estaduais e municipais, perante os Órgãos Previdenciários e Trabalhistas, inclusive poderes para atuar como preposto da OUTORGANTE junto a Justiça do Trabalho, assinando o que necessário for, requerendo, dando e recebendo quitação de homologações, autorizar por documento próprio a liberação de FGTS-AM, podendo ainda o dito mandatário concordar, discordar, impugnar, transigir em ajuste negocial que envolvam os objetivos comerciais da outorgante, constituir advogados para representar a Outorgante em ações judiciais e/ou processos administrativos e/ou perante terceiros, constituir outros procuradores, bem como desistir, firmar compromissos e praticar todos e quaisquer demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, **que terá validade até 21.09.2012.** Certifico que pelo presente instrumento, são devidas custas: R\$ 11,28 Tabela 7, nº 2, letra A; R\$4,27 digitalização; R\$3,20 informática; R\$8,11 comunicação; R\$10,67 arquivamento; R\$3,20 gravação eletrônica e contribuição prevista na lei nº 489 e lei 590 R\$9,63; R\$8,14 (20% da Lei 3217/99); R\$2,03 lei 4.664/05; R\$2,03 lei complementar; R\$20,50 distribuição. O total das custas do presente ato é R\$83,06. E, por estarem assim justos e contratados, me pediram e lhes lavrei a presente, que lhes sendo lida em voz alta e clara e ouvida a leitura pelas partes, acharam conforme, aceitam e assinam dispensando as testemunhas, conforme artigo 391 do Código de Normas da E. Corregedoria. E eu, (A.A), JANDER DE MELLO AMARAL, Escrevente, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (A.A) MAURICIO BERNARDO CERDEIRA LEIBOVITZ, VALDIR LIMA CARREIRO. CERTIFICADA em 23 de Setembro de 2011. E eu, _____ digitei e conferi. E eu _____ a subscrevo e assino.

